
Relatório do Conselho Fiscal

1.º Trimestre de 2018

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413º do CSC.

O relatório do Conselho Fiscal em apreço é, assim, o correspondente ao primeiro trimestre de 2018, e foi emitido com base no documento "Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-março 2018", apresentado ao Conselho Fiscal em 14-12-2018 bem como no respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas datado de 1-02-2019, remetido ao Conselho Fiscal em 20-02-2019, em anexo, constituindo parte integrante do presente documento, e ainda com base na análise das atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Análise da atividade desenvolvida e da execução orçamental

Uma vez que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 não foi aprovado pela Assembleia Geral, as referências relativas aos dados respeitantes ao Orçamento e ao Plano de Investimentos, sustentam-se na proposta apresentada pelo Conselho de Administração aprovada na reunião de 7 de junho de 2018 e revista na reunião de 30 de agosto de 2018.

Por o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 ter sido objeto de uma revisão recente, o documento submetido pela APL aponta para os dados reais, relativamente aos valores orçamentados para o período em apreço. Neste sentido no relatório apresentado pela APL não é efetuada uma avaliação dos desvios face aos valores orçamentados, embora no balanço, na demonstração dos fluxos de caixa e no investimento os valores orçamentados diverjam dos valores reais.

O Relatório do Revisor Oficial de Contas refere que o Balanço e a Demonstração de Resultados foram preparados de acordo com os registos contabilísticos da APL.

Da análise ao documento "Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-março 2018", salientam-se os seguintes aspetos:

- No primeiro trimestre de 2018 registou-se uma quebra no número de navios que escalaram o Porto de Lisboa, da ordem de 2,3%, face ao período homólogo, não compensado pelo acréscimo considerável verificado no número de navios de cruzeiro (61,9%). No mesmo sentido verificou-se que o volume total de carga movimentada não alcançou os níveis registados no mesmo período do ano anterior, apresentando um decréscimo de cerca de 0,2%. Em sentido contrário, no que concerne aos navios de cruzeiros registou-se um crescimento significativo quer das escalas, quer do número de passageiros, relativamente ao período homólogo em cerca de 78,9% e 103,0% respetivamente;
- O EBITDA do período cifra-se em 4.309 milhares de euros, mantendo-se praticamente ao nível do montante apurado no período homólogo evidenciando um ligeiro crescimento na ordem de 1,46% (62 milhares de euros), salientando-se o desempenho da rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" (+283 milhares de euros), para o qual contribuiu a imputação nas contas da APL dos bens das concessões designadamente do edifício do novo terminal de cruzeiros e de uma grua do Terminal do Beato e as rendas dos usos dominiais.
- O Resultado Líquido apurado no fim do 1.º trimestre de 2018 ascendeu a 713 milhares euros, refletindo uma variação positiva, na ordem de 30,1%, relativamente ao valor registado no período homólogo (+ 165 milhares de euros), explicada sobretudo pela redução dos encargos financeiros (-97 milhares de euros), justificada pela redução do passivo remunerado de cerca de 15,4%;
- O volume de negócios (constituído pelas receitas obtidas com prestação de serviços, rendas de usos dominiais e rendas e rendimentos de propriedades de investimento) ascende no final do período a 9.637 milhares de euros, refletindo um acréscimo de cerca de 6,6% face ao período homólogo (+498 milhares de euros). Este resultado deve-se sobretudo ao acréscimo das receitas respeitantes ao Regulamento de Tarifas (+386 milhares de euros), em resultado da estadia de navio arreado no Porto de Lisboa, com impacto na rubrica de Imparidades por Dívidas a Receber que observa um agravamento de 860,9% (+588 milhares de euros);
- Quanto às principais rubricas de gastos operacionais, observa-se, relativamente ao período homólogo, uma redução de 8,3% na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) (-87 milhares de euros) e um acréscimo nos Gastos com Pessoal, na ordem de 1,2% (+55 milhares de euros). Concorreu para a redução dos FSE, face ao mesmo período do ano anterior, a maioria das categorias destes gastos, à exceção fundamentalmente da respeitante a "Reparação e Manutenção Diversa" que observou um agravamento na ordem de 52,6% (+32 milhares de euros), em resultado designadamente da intervenção na

envolvente das novas instalações do Ministério do Mar, e nos edifícios Infante D. Henrique e Diogo Cão;

- No que toca à estrutura patrimonial verifica-se, relativamente ao período homólogo do ano anterior, uma redução do Ativo, de cerca de 1,7% (-6.381 milhares de euros) por contrapartida de uma redução do Passivo, em cerca de 6,4% (-10.253 milhares de euros) e de um reforço no Capital Próprio, em cerca de 1,8% (+3.871 milhares de euros), observando-se uma melhoria nos rácios de solvabilidade (Capital Próprio sobre o Passivo Total) e de autonomia financeira (Capital Próprio sobre o Ativo Total) que assumem, no final do primeiro trimestre de 2018, respetivamente, cerca de 146% e 59%;
- O valor das despesas realizadas no período em apreço a título de Investimentos ascendeu a cerca de 254 milhares de euros, refletindo uma variação positiva de 89,7% face ao valor realizado no período homólogo do ano anterior, embora reflita um desvio negativo de 62% relativamente ao investimento previsto para o trimestre. Até ao final do primeiro trimestre regista-se uma taxa de execução de cerca de 1,8%, do valor orçamentado do investimento para 2018.

No âmbito da atividade prosseguida pela APL no primeiro trimestre de 2018, e da análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração, destacam-se as seguintes deliberações:

Ata da reunião de 15.02.2018

- Autorização para a contratação de trabalhos complementares a efetuar pela CONSULMAR tendentes à reformulação de Estudo Prévio e Estudo de Impacto Ambiental do Terminal do Barreiro, pelo valor de 223.200 € e pelo prazo de 3 meses;

Ata da reunião de 22.02.2018

- Aprovação do Relatório Final do concurso público para fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão normal e baixa tensão especial e consequente adjudicação à ENDESA Energia, pelo valor de 335.749,54€, acrescido de IVA;

Ata da reunião de 01.03.2018

- Aprovação de candidatura ao Fundo Azul para financiamento de sistema de monitorização de equipamentos de assinalamento marítimo;
- Aprovação da minuta de contrato a celebrar com a entidade organizadora do evento *Seatrade Cruise Med* relativamente à edição de 2018 a realizar em Lisboa;

Ata da reunião de 08.03.2018

- Autorização para aquisição de uma lancha destinada ao serviço de pilotagem, através de um concurso limitado por prévia qualificação com publicidade no Jornal Oficial de União Europeia, com o valor base de 650.000€;
- Relativamente à empreitada “Reabilitação e Reforço dos Cais entre S.ta Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2.º Fase”, interpelação do ACE empreiteiro com vista ao ressarcimento de todos os prejuízos sofridos, decorrentes dos defeitos/anomalias detetados, sob pena de acionamento da caução prestada, e interpelação de teor idêntico ao consórcio prestador dos serviços de fiscalização;

Ata da reunião de 15.03.2018

- Aprovação da venda do terreno com o n.º 70 da Rua da Manutenção às sociedades Alpendracústico, Lda e Alpendrazul, TAM-Unipessoal, Lda, pelo preço de 540.000 € e consequente comunicação à Câmara Municipal de Lisboa e Direção-Geral do Património Cultural, para efeitos de eventual exercício do direito de preferência;

Ata da reunião de 29.03.2018

- Aprovação do Código de Conduta em cumprimento do despacho da Senhora Ministra do Mar de 21 fevereiro de 2018 (Ata 13/2018).

3. Cumprimento das orientações legais

Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em 2018 ao Setor Empresarial do Estado, designadamente as fixadas no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (decreto de execução do Orçamento de Estado de 2018) e sem prejuízo de algumas das orientações serem de reporte anual, destaca-se o seguinte:

- O rácio dos gastos operacionais¹ sobre o volume de negócios registado no final do período (58,1%) apresenta-se inferior ao apurado no final do período homólogo (62,3%).
- Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão, apresentam-se superiores aos apurados no período homólogo em cerca de 1,2%, referindo a APL que tal decorre no essencial dos efeitos resultantes do desbloqueamento de acesso na carreira e diuturnidades com efeitos a partir de julho de 2016, na sequência do despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e da Ministra do Mar de 31 de março de 2016.
- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custos e alojamento e os associados à frota automóvel observado no primeiro trimestre de 2018 regista um crescimento, face ao apurado no período homólogo de 2017, em cerca de 1,2%, em resultado do crescimento

¹ Corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão.

dos gastos com deslocações e alojamento cujo valor reflete um crescimento de cerca de 64,7%. A APL justifica esta variação com as deslocações internacionais salientando as realizadas no âmbito da promoção da atividade de cruzeiros.

- No final do período o número de veículos da APL ascende a 34 refletindo uma variação positiva de 3, face ao período homólogo, indicando a APL que este acréscimo se enquadra no processo de renovação da frota.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 1.º trimestre de 2018 apurado pela APL ascende a 42 dias, apresentando-se inferior em 8 dias, face ao apurado no final do mesmo período do ano anterior.
- O passivo remunerado ascende no final do primeiro trimestre de 2018 a cerca de 71,5 milhões de euros refletindo uma redução de cerca de 15,4% e de 1,5% relativamente ao valor registado no final do período homólogo e do final do ano de 2017, respetivamente.

4. Conclusão

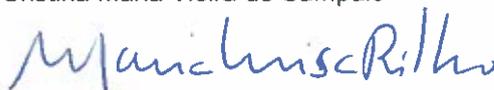
Sem prejuízo das limitações resultantes das situações anteriormente indicadas, designadamente da não aprovação pela Assembleia Geral do Plano de Atividades e Orçamento e Investimento para o triénio 2018-2020, considera o Conselho Fiscal que o “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – janeiro-março 2018”, da Administração do Porto de Lisboa, S.A., apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior, não se verificando desvios relativamente aos valores orçamentados por terem sido considerados para este efeito os valores reais, embora no balanço, na demonstração dos fluxos de caixa e no investimento os valores orçamentados diverjam dos valores reais.

Em, 20 de fevereiro de 2019.

O Conselho Fiscal



Cristina Maria Vieira de Sampaio



Maria Luisa Rilho

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2018

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares *“um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões”*.

Por outro lado, o procedimento concursal que conduziu à nossa contratação como revisor oficial de contas contemplava como objeto do concurso, entre outras tarefas, *“a elaboração de relatórios trimestrais sobre o acompanhamento da atividade da empresa”*.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal solicitou-nos igualmente que procedêssemos à análise da informação constante do documento *“Relatório trimestral de Execução trimestral – janeiro a março de 2018”* preparado pelo Conselho de Administração.

O presente relatório pretende dar cumprimento a todas estas vertentes.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração, relativo ao 1.º trimestre de 2018, apenas nos foi disponibilizado no passado dia 14 de dezembro, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, por referência ao período de reporte a que respeita, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A nossa nomeação como revisor oficial de contas da APL ocorreu em 17 de janeiro de 2018, através de deliberação social unânime por escrito.

Após esta nomeação, e dado que ainda estava pendente a auditoria às contas de 2016, a prioridade dos nossos trabalhos foi orientada para a realização desta auditoria, que culminou com a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas do ano de 2016, em 4 de maio de 2018. Emitimos igualmente, imediatamente antes desta certificação, o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, igualmente datado de 4 de maio.

Adicionalmente, ao longo do trimestre em análise, desenvolvemos igualmente as seguintes tarefas:

- a) Levantamento e análise do ambiente de controlo interno, tendo em atenção que se tratou do primeiro contato com a Entidade;
- b) Reuniões regulares com o Conselho Fiscal, quer para dar conta do andamento dos trabalhos relativos à auditoria às contas de 2016, quer para abordar outros assuntos relacionados com a atividade da APL;
- c) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- d) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- e) Respondemos às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 31MAR2018, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2017¹, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 31MAR2018, consta do Anexo 2 e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2017, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise.

No que respeita à posição financeira da APL, destacamos a evolução favorável registada ao nível da sua situação financeira, refletida na conjugação de uma ligeira melhoria dos seus capitais próprios, que ascendem a 217.437.413 euros, ligeiramente acima (+0,2%) da posição registada no final de 2017, e de uma redução do passivo total (-1,7%) permitindo assim reforçar a sua estrutura financeira, conforme se sistematiza:

Rubricas	31 MAR 2018	31 DEZ 2017	VAR MAR.18/DEZ17	
			Valor	%
Ativo líquido	368.571.031	368.730.844	-2.159.813	-0,6%
Capital próprio	217.437.413	216.995.341	442.072	0,2%
Passivo	149.133.618	161.735.503	-2.601.885	-1,7%
Indicadores				
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	1,46	1,43	0,03	2,0%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,59	0,59	0,00	0,8%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,41	0,41	0,00	-1,1%

A redução ao nível do passivo, no montante de 2.601.885 euros, foi influenciada sobretudo pela redução da rubrica de financiamentos obtidos (1.078.385 euros) e de dívidas a fornecedores (967.897 euros).

A evolução dos principais indicadores financeiros apresentados, corrobora o ligeiro reforço da posição financeira, já de si favorável, que é evidenciada pela APL.

¹ Salientamos que o Relatório apresentado pela entidade considera o período homólogo como o comparativo de referência. Contudo, para efeitos de apresentação de balanço, consideramos que a comparação com o fim do trimestre anterior imediatamente anterior ao de referência seria mais adequada.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise, um resultado positivo de 713.126 euros, situando-se ligeiramente abaixo do resultado orçamentado para o período², que ascendia a 1.086.967 o que traduz um desempenho ligeiramente menos favorável do que o esperado, muito embora apresente uma situação mais favorável (+30,1%) comparativamente ao período homólogo de 2017, conforme se sistematiza a evolução dos principais indicadores:

	Real	Orçamento	Real	VAR Orç		VAR Real	
	31 MAR 2018	31.MAR.2018	31.MAR.2017	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	9.837.198	11.428.977	9.040.440	-1.791.779	-15,7%	596.758	6,6%
Vendas e serviços prestados	6.517.930	8.141.940	6.113.741	-1.624.010	-19,9%	404.189	6,6%
Outros rendimentos	3.119.268	3.287.036	2.926.699	-167.768	-5,1%	192.569	6,6%
EBITDA	4.308.854	5.184.789	4.246.641	-875.935	-16,9%	62.213	1,5%
EBIT	1.016.279	1.964.257	930.068	-947.977	-48,3%	86.211	9,3%
Resultado Líquido do Período	713.126	1.086.967	548.029	-373.841	-34,4%	165.098	30,1%

O desvio face ao orçamentado, em termos de desempenho global, avaliado, quer através do EBITDA, quer do Resultado Líquido, (menos 16,9% e menos 34,4%, respetivamente), foi fortemente influenciado pelo comportamento da rubrica de Vendas e Serviços Prestados no montante de 6.517.930 euros, apresentando uma redução de 19,9% face ao orçamentado (menos 1.624.010 euros), muito embora se situe acima (+6,6%) do montante registado no período homólogo. Contudo, dado que os valores orçamentados foram apurados numa base duodecimal, poderá ocorrer algum efeito de sazonalidade suscetível de afetar este tipo de análise para períodos trimestrais.

De salientar, no entanto, que este desvio negativo foi parcialmente atenuado, por via de um comportamento moderado das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, com um gasto inferior ao orçamentado no montante de 967.414 euros (-44,5% face ao orçamentado), e de Gastos com juros suportados, com um gasto inferior ao orçamentado no montante de 212.972 euros (-49,7% face ao orçamentado), permitindo assim reduzir o desvio apurado ao nível do Resultado Líquido (menos 373.841 euros do que o orçamentado).

Em termos globais, destaca-se o esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com o orçamento disponível, num contexto de contenção de encargos, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de fatores externos muito associados à evolução da conjuntura económica, com particular destaque na movimentação de carga e de passageiros.

² Por simplificação considerámos 3 duodécimos do valor anual do orçamento para 2018, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade. Note-se que o Conselho de Administração optou por apresentar valores reais na coluna de orçamento.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Expressa-se igualmente o nosso agradecimento aos membros do Conselho Fiscal, pela proatividade evidenciada e pela colaboração que nos dispensaram ao longo do nosso trabalho.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2019

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

BALANÇO	31-MAR-18	31-DEZ-17	(valores em euros)	
			Var. MAR.18 / DEZ.17	
			Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	249.796.548	251.936.040	(2.139.492)	-1%
Propriedades de investimento	55.140.762	55.627.744	(486.982)	-1%
Ativos intangíveis	33.839.838	34.252.467	(412.628)	-1%
Outros ativos Financeiros	3.434	3.078	356	12%
	338.780.582	341.819.329	(3.038.746)	-1%
ATIVO CORRENTE				
Clientes	6.714.833	7.277.220	(562.387)	-8%
Adiantamentos a fornecedores	1.651	1.651	-	0%
Estado e outros entes públicos	314.633	315.156	(523)	0%
Outras contas a receber	2.103.033	3.984.013	(1.880.979)	-47%
Diferimentos	128.143	461.173	(333.030)	-72%
Ativos não correntes detidos para venda			-	
Caixa e depósitos bancários	18.528.155	14.872.303	3.655.852	25%
	27.790.449	26.911.515	878.934	3%
TOTAL ATIVO	366.571.031	368.730.844	(2.159.813)	-1%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	60.000.000	60.000.000	-	0%
Reservas legais	4.848.866	4.407.870	440.996	10%
Outras reservas	81.390.208	80.120.431	1.269.776	2%
Resultados transitados	23.311.075	20.611.888	2.699.187	13%
Outras variações no capital próprio	47.174.139	47.445.193	(271.054)	-1%
Resultado líquido do período	713.126	4.409.959	(3.696.833)	-84%
	217.437.413	216.995.341	442.072	0,2%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	2.396.266	2.396.266	-	0%
Financiamentos obtidos	50.168.007	50.296.392	(128.385)	0%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8.381.522	8.516.481	(134.960)	-2%
Passivos por impostos diferidos	3.084.252	2.994.069	90.183	3%
Outras contas a pagar	10.573.275	10.573.275	-	0%
	74.603.322	74.776.483	(173.161)	0%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	508.572	1.476.469	(967.897)	-66%
Adiantamentos de clientes	1.064.831	1.040.428	24.403	2%
Estado e outros entes públicos	1.494.008	1.438.377	55.631	4%
Financiamentos obtidos	21.369.533	22.319.533	(950.000)	-4%
Outras contas a pagar	6.576.148	6.886.167	(310.019)	-5%
Diferimentos	43.121.484	43.403.958	(282.474)	-1%
Passivos financeiros detidos para negociação	395.721	394.088	1.633	0%
	74.530.296	76.959.020	(2.428.723)	-3%
TOTAL DO PASSIVO	149.133.618	151.735.503	(2.601.885)	-2%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	366.571.031	368.730.844	(2.159.813)	-1%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento(*)	Real	Var Orç. 18		Var. real 18/17	
	31-MAR-18	31-MAR-18	31-MAR-17	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	6 517.930	8 141.940	6 113 741	(1 624.010)	-19,9%	404.189	6,6%
Fornecimentos e serviços externos	(967.414)	(1 743 787)	(1 054.666)	776 373	-44,5%	87 252	-8,3%
Gastos com o pessoal	(4 631.496)	(4 548 966)	(4 576 872)	(82 530)	1,8%	(54.624)	1,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(656.762)	(600.000)	(68.352)	(56 762)	9,5%	(588 409)	860,8%
Provisões (aumentos/reduções)	-	(30.000)	-	30 000	-100,0%	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(1 633)	65.745	1.556	(67.378)	-102,5%	(3 189)	-204,9%
Outros rendimentos e ganhos	4 408.591	4 508.944	4.125.148	(100 353)	-2,2%	283.443	6,9%
Outros gastos e perdas	(360 363)	(609.088)	(293 914)	248 725	-40,8%	(66 449)	22,6%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4.308.854	5.184.789	4.246.641	(875.935)	-16,9%	62.213	1,5%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(3 292 574)	(3 220 533)	(3 316 573)	(72 042)	2,2%	23 999	-0,7%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.016.279	1.964.257	930.068	(947.977)	-48,3%	86.211	9,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	75	-	(75)	-100,0%	-	-
Juros e gastos similares suportados	(212 970)	(423.648)	(309 667)	210 678	-49,7%	96 697	-31,2%
Resultado antes de impostos	803.310	1.540.684	620.401	(737.375)	-47,9%	182.908	29,5%
Imposto sobre o rendimento do período	(90 183)	(453 717)	(72 373)	363 533	-80,1%	(17 811)	24,6%
Resultado líquido do período	713.126	1.086.967	548.029	(373.841)	-34,4%	165.098	30,1%

(*) Por simplificação considerámos 3 duodécimos do valor anual do orçamento para 2018, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade

